

Investimentos como vetor possível para o crescimento

Saneamento básico: o maior símbolo do atraso do Brasil

Cenário nada animador no emprego gaúcho, em especial na Indústria

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Investimentos como vetor possível para o crescimento

Com pouco espaço para promover estímulos fiscais e tributários, criar um ambiente para investimentos é uma das poucas alternativas para a aceleração da economia.

A economia brasileira carece de elementos que acelerem o crescimento econômico. A conjuntura de esfriamento da economia internacional e o elevado grau de fechamento da economia brasileira, dificultam que as exportações líquidas sejam o propulsor do crescimento. A política monetária, por sua vez, parece ter tido pouco efeito para acelerar a atividade, seja porque os juros poderiam estar em patamares mais baixos, seja porque os mecanismos de transmissão apresentam algum tipo de obstrução.

Além disso, os governos, federal e estadual, não dispõem dos mecanismos tradicionais de incentivos via política fiscal. A crise financeira e a elevada relação Dívida/PIB, impedem que sejam promovidos incentivos fiscais para estimular a demanda agregada. A literatura econômica (Ilzetzki et al., 2013) mostra que o efeito do gasto público na atividade econômica, no longo prazo é negativo em países com dívida pública superior a 60% do PIB. Quando a dívida é alta, aumentos nos gastos do governo sinalizam uma crise de pagamento da dívida e um provável ajuste abrupto, com forte elevação de tributos e não pagamento de despesas essenciais. Isso afeta as expectativas dos agentes econômicos, que se retraem e não investem e/ou retiram seu capital do país.

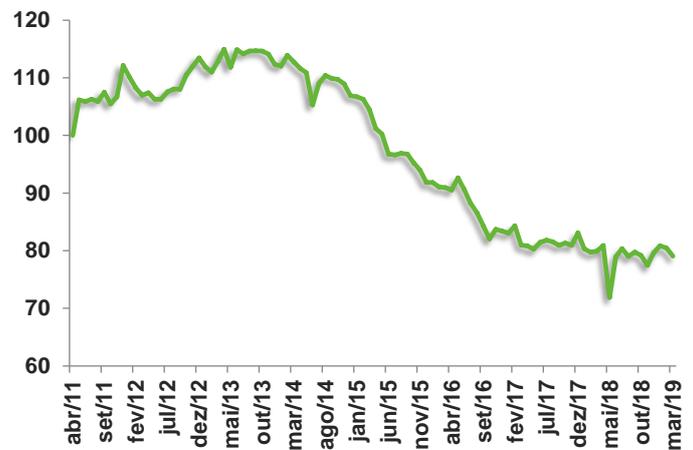
Talvez restou aos investimentos o papel de impulsionar o novo ciclo de crescimento econômico. O dado de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), *proxy* para os investimentos, para a Construção civil mostra estagnação no primeiro trimestre de 2019 em comparação com o último trimestre 2018, já corrigidos os efeitos sazonais. O gráfico ao lado ilustra a grande queda dos investimentos no setor desde o final de 2013 até a estabilização no final de em 2018.

Os dados de Consumo Aparente de Máquinas e Equipamentos, que consideram a produção de bens de capital para o mercado interno mais as importações, indicam uma reversão de tendência a partir de 2016. Vale destacar que esses dados são bastante influenciados por tratores e implementos agrícolas. Mesmo assim, no primeiro trimestre desse ano também foi registrado uma estagnação em relação ao final de 2018.

O indicador de número médio de semanas para atendimento dos pedidos em carteira, publicado pela ABIMAQ, aponta na mesma direção. O tempo médio para atendimento dos pedidos em carteira subiu para 10,3 semanas, valor acima do observado durante a média de todo o ano passado (9,3 semanas), mas ainda perto das mínimas históricas.

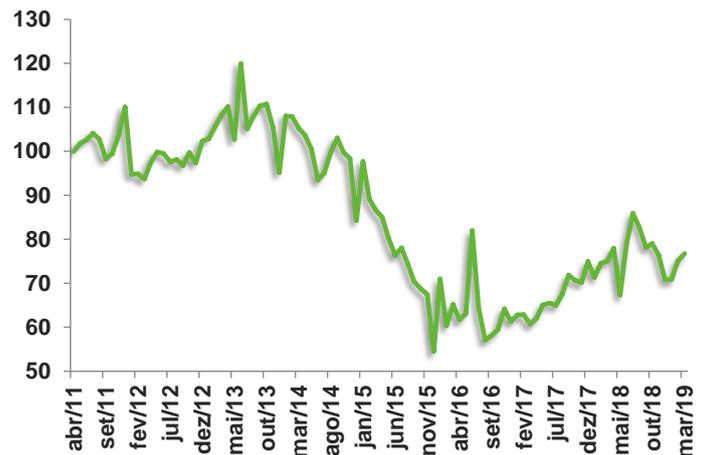
O aprofundamento dos projetos de privatizações e concessões, bem como a continuidade nas medidas de ajuste fiscal, com destaque para a aprovação da reforma da previdência, são uma das poucas alternativas para a melhora no ambiente econômico e aceleração dos investimentos.

Formação Bruta de Capital Fixo - Construção Civil
(Abr/11=100 | Com Ajuste Sazonal)



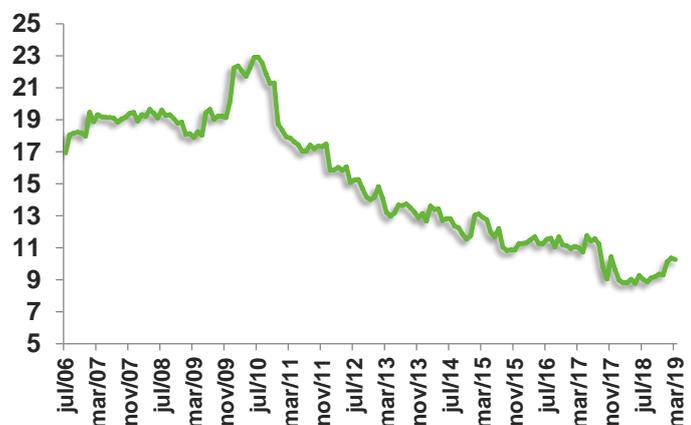
Fonte: IPEA.

Consumo Aparente de Máquinas e Equipamentos
(Abr/11=100 | Com Ajuste Sazonal)



Fonte: IPEA.

Número médio de semanas para atendimento dos pedidos em carteira da Indústria de Máquinas e equipamentos



Fonte: ABIMAQ.

Ilzetzki, Ethan & Mendoza, Enrique G. & Végh, Carlos A., 2013. "How big (small?) are fiscal multipliers?," *Journal of Monetary Economics*, Elsevier, vol. 60(2), pages 239-254.

Saneamento básico: o maior símbolo do atraso do Brasil

A infraestrutura precária é um dos principais problemas do Brasil, com consequências econômicas e sociais. Entre as diversas dimensões do tema, o atraso do País na questão do saneamento básico se destaca dos demais. Na última quarta-feira (22/05), o IBGE divulgou os resultados de 2018 da PNAD Contínua – Características Gerais dos Domicílios e dos Moradores. Entre a gama de informações disponíveis, às relativas ao saneamento tiveram grande repercussão.

No ano passado, dos 71 milhões de domicílios no País, cerca de 24 milhões não estavam conectados à rede de coleta de esgoto, o que representa 33,7% do total, onde moram cerca de 72,4 milhões de pessoas. A região com maior *déficit* de cobertura desse serviço é o Norte (78,2% dos domicílios não conectados), seguido por Nordeste (55,4%), Centro-oeste (44,4%), Sul (33,2%) e Sudeste (11,4%).

Além disso, em 2018, 8,3 milhões de lares que não contavam com disponibilidade diária de água por rede geral (11,7% do total, afetando 19 milhões de pessoas), e 6,3 milhões de domicílios não possuíam serviço de coleta de lixo (8,9% do total, afetando 21,1 milhões de indivíduos).

A ausência saneamento básico tem impacto em diversos aspectos da sociedade e da economia. Antes de tudo, a falta desses serviços traz uma série de problemas de saúde para a população, em especial às

classes mais baixas em função da maior exposição. Por consequência, indivíduos com problemas de saúde possuem uma menor produtividade, o que prejudica o desempenho das empresas e da economia como um todo. Há também impactos nos sistemas de saúde, principalmente os públicos, que são sobrecarregados pelo desencadeamento de doenças.

Dito de outra forma, o investimento em saneamento ajudaria a prevenir uma série de doenças na população. Estudos estimam que, para cada R\$ 1 investido em saneamento básico, R\$ 4 são economizados no sistema de saúde. Além da economia aos cofres públicos, o ganho de produtividade traria contribuição positiva ao crescimento econômico.

A divulgação destes indicadores contribui com o debate sobre a Medida Provisória 868, a “MP do Saneamento”, que perderá validade no dia 3 de junho, caso não seja aprovada pelo Congresso. Em linhas gerais, a proposta institui novo marco legal no saneamento e incentiva a concorrência, a privatização de estatais e a segurança jurídica.

Deixar os investimentos em saneamento básico quase que exclusivamente para o setor público não trouxe o resultado esperado. Portanto, mudar a legislação no sentido de buscar uma maior participação do setor privado tem potencial de melhorar essa área tão importante para o desenvolvimento do Brasil.

Cenário nada animador no emprego gaúcho, em especial na Indústria

Na última sexta-feira (24/05), o Ministério da Economia divulgou os dados de geração de empregos formais do CAGED referentes ao mês de abril de 2019. Os resultados ficaram acima das expectativas para o Brasil, mas não trazem boas notícias para o RS.

No País, houve geração de 129,6 mil postos de trabalho, o melhor resultado para o mês de abril desde 2013, quando foram abertas 196,9 mil vagas, na série não ajustada com as declarações entregues com atraso ao Ministério da Economia. Considerando a série ajustada, o resultado foi levemente inferior ao verificado em abril/18 (+131,5 mil).

Já no Rio Grande do Sul, foram fechados 2,5 mil postos em abril, um resultado pior frente ao mesmo mês do ano passado, tanto na série ajustada (-994) quanto na série sem ajustes (-1,3 mil). Dois dos três grandes setores geraram vagas no mês: Agropecuária (-4,0 mil), Indústria (+736) e Serviços (+771).

No acumulado de janeiro a abril, o saldo de empregos ficou positivo em 36,1 mil vagas no RS, resultado abaixo do verificado no mesmo período de 2018 (+43,8 mil). Os três grandes setores geraram vagas: Agropecuária (+4,5 mil), Indústria (+23,8 mil) e Serviços (+7,9 mil). No entanto, vale destacar que há uma sazonalidade positiva em alguns segmentos que

impulsiona a criação de vagas nos primeiros meses do ano no RS, como ocorre, por exemplo, no setor de Tabaco e nas atividades ligadas à safra da uva.

No acumulado em 12 meses, o Estado gerou 12,7 mil postos de trabalho. Em termos setoriais, o destaque ficou por conta do setor de Serviços (+18,8 mil). A Agropecuária (+301) também registrou abertura de vagas, mas em volume muito menor. Na Indústria, o único a perder vagas nessa base de comparação, o saldo negativo foi de 6,4 mil postos, com os quatro subsectores industriais apresentando extinção de vagas. Na Transformação (-757), os destaques negativos vieram de Couro e calçados (-4,4 mil), Manutenção de máquinas e equipamentos (-1,1 mil) e Móveis (-878). Já os positivos de Alimentos (+2,2 mil), Veículos automotores (+2,2 mil) e Máquinas e equipamentos (+1,9 mil). Por fim, cabe mencionar o desempenho bastante negativo na Construção com a perda de 5,2 mil vagas, o pior saldo desde outubro/17 (-5,7 mil).

Em linha com o baixo dinamismo da atividade econômica, a geração de vagas segue com resultados tímidos no Brasil e no RS. Para agravar o quadro, a dificuldade de retomada dos empregos se mostra mais presente no setor industrial, onde são gerados empregos de alta qualidade e que pagam os melhores salários.